



VIVER COM A AUSÊNCIA

AJUDA ÀS FAMÍLIAS DOS DESAPARECIDOS



CICV



CICV

Comité Internacional da Cruz Vermelha
19, avenue de la Paix
1202 Genebra, Suíça
T +41 22 734 6001 F +41 22 733 2057
E-mail: shop@icrc.org www.icrc.org
© CICV, agosto de 2015

Foto da capa: Phil Moore/CICV

VIVER COM A AUSÊNCIA

AJUDA ÀS FAMÍLIAS DOS DESAPARECIDOS



INTRODUÇÃO

Muitas pessoas desaparecem durante conflitos armados, outras situações de violência e desastres. E muitas não retornam: permanecem perdidas e com o paradeiro desconhecido, muito depois que as armas silenciarem e a reconstrução inicie. O desaparecimento - terrível o bastante para os indivíduos envolvidos - significa angústia para as suas famílias, deixadas em um limbo quanto à sorte do seu ente querido. Sem saber se o seu familiar está vivo ou morto, as famílias buscam e aguardam, geralmente por muitos anos, mantendo a esperança de encontrá-los apesar das enormes dificuldades, sem poder chegar ao desfecho do luto. O sofrimento emocional e psicológico é grave. Como se não bastasse a sua dor, os familiares das pessoas desaparecidas muitas vezes enfrentam dificuldades econômicas e sociais. O desaparecimento também provoca feridas por desconfianças e mal-entendidos que prejudicam os vínculos humanos e as relações nas comunidades, às vezes por décadas.

Esta publicação pretende conscientizar sobre a situação dos desaparecidos e das suas famílias. Descreve a resposta integral do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) às suas necessidades, assim como uma parte do trabalho da organização realizado a partir da Conferência Internacional de Especialistas Governamentais e Não Governamentais sobre os Desaparecidos de 2003.

A 28ª Conferência Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho abordou diretamente a questão dos desaparecidos e a situação das suas famílias. Resolveu não apenas revisar e fortalecer a prevenção dos desaparecimentos, mas formular medidas concretas para esclarecer a sorte e o paradeiro dos desaparecidos e ajudar as suas famílias. Os participantes da conferência adotaram a Agenda para a Ação Humanitária, de orientação prática, e se comprometeram a envolver as organizações não governamentais (ONGs), as autoridades estatais e as Nações Unidas no assunto.

Três anos após essa conferência histórica, em 2006, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado. Entre as várias medidas de proteção, essa convenção concede às famílias em todos os lugares o direito legal de saber a sorte dos seus familiares desaparecidos. Com base no seu papel pioneiro na elaboração e na aplicação do Direito Internacional Humanitário, o CICV continua prestando assessoria e compartilhando conhecimento e trabalho proativo no mundo inteiro para levar alívio aos familiares das pessoas desaparecidas, além de promover o direito de saber de cada família.

DEFINIÇÃO DE PESSOA DESAPARECIDA

O CICV define “pessoas desaparecidas” como indivíduos cujo paradeiro é desconhecido pelas suas famílias ou que foram dadas como desaparecidas, segundo fontes fidedignas, devido a um conflito armado - internacional ou não internacional -, violência interna, desastre natural ou outras crises humanitárias.

De fato, essa definição vai além do conceito de “desaparecimento forçado”, tal como foi adotado pela Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado (2006) e o Estatuto de Roma (1998). Esses instrumentos restringem a definição às pessoas que desapareceram após uma prisão ou detenção pelo Estado ou por agentes do Estado, ao passo que o CICV defende uma interpretação mais ampla: as famílias de todos os desaparecidos sofrem, sejam quais forem os motivos ou as circunstâncias do desaparecimento. Portanto, as famílias dos desaparecidos têm o direito de saber a sorte e o paradeiro dos seus entes queridos – um direito reconhecido pelo Direito Internacional Humanitário e pelos Direitos Humanos.

INCERTEZA

Uma pessoa desaparecida pode estar viva ou morta, mantida na cela de uma prisão secreta, vivendo em um campo de refugiados ou em outro país, ou mesmo ter sido enterrada em uma vala comum. A pessoa desapareceu, mas não necessariamente para sempre. Para os membros da sua família, essa incerteza é fonte de um sofrimento indescritível. Muitas vezes, os familiares se aferram à crença de que a pessoa desaparecida está viva até que se prove definitivamente o contrário. Aguardam, alimentando a esperança de que ela voltará para casa. Muitos precisam ver o corpo ou restos mortais possíveis de serem identificados antes de aceitar que a pessoa desaparecida está morta.

O Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho é composto pelo CICV, pela Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e pelas 189 Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho.





Marko Kokic/CICV

COMO AS PESSOAS DESAPARECEM

Um jovem sai de casa para entrar no exército e defender o seu país e nunca mais se ouve falar dele. Uma pequena criança perde os seus pais em meio ao caos, quando a família foge de um surto de violência que ameaça o seu povoado. Um pai de cinco filhos deixa a esposa e as crianças para procurar trabalho em um lugar distante e desaparece em algum ponto da sua perigosa jornada. Enchentes repentinas atingem uma cidade e centenas de pessoas são arrastadas em questão de horas.

Conflitos armados e desastres naturais ou provocados pelo homem geram muitas situações em que as pessoas desaparecem. Muitas se perdem em deslocamentos repentinos e em massa de populações. Combatentes desaparecem em ação. As pessoas debilitadas e os idosos não conseguem sair das áreas de conflito. Autoridades estatais e grupos armados podem se recusar a prevenir os desaparecimentos ou a ajudar a resolvê-los.

As pessoas podem desaparecer quando são capturadas, presas ou sequestradas, e serem mantidas incomunicáveis ou em um lugar secreto. Os desaparecidos podem ser migrantes, refugiados ou deslocados internos, vivos mas com medo de entrar em contato com as suas famílias ou sem uma maneira de fazê-lo. Os corpos podem ser abandonados em beiras de estradas ou em campos, becos e terrenos baldios, enterrados às pressas ou eliminados antes da sua identificação. Os mortos cujas famílias não foram informadas sobre o que aconteceu simplesmente desaparecem para sempre, deixando um vazio.



AS FAMÍLIAS DOS DESAPARECIDOS E AS SUAS NECESSIDADES

A pessoa que desaparece sem deixar rastros é a primeira vítima. Mas essa tragédia também afeta muitas outras. Os familiares de uma pessoa desaparecida geralmente passam por um enorme sofrimento até saber a sorte e o paradeiro do indivíduo – se é que chegam a saber. Muitas vezes, o seu pesar pela perda é agravado por outras dificuldades, como a insegurança financeira e os trâmites burocráticos.

As famílias dos desaparecidos têm necessidades específicas, reconhecidas pela Conferência Internacional de Especialistas Governamentais e Não Governamentais sobre os Desaparecidos de 2003 e adotadas pela 28ª Conferência Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho no final daquele ano. Incluem as necessidades de saber, de realizar rituais de recordação, de receber apoio econômico, psicológico e psicossocial, de que o seu sofrimento seja reconhecido e de justiça. Enquanto essas necessidades não forem satisfeitas, as famílias não podem reconstruir facilmente as suas vidas.

No Timor Leste, por exemplo, depois de quase 25 anos de conflito armado, milhares de famílias foram deixadas sem notícia dos seus familiares desaparecidos. Um homem cujos dois irmãos desapareceram afirmou que tinha problemas para dormir: “Eu gostaria de esquecê-los, mas é impossível porque eles assombram os meus sonhos”, disse ele a um delegado do CICV no terreno.

“Algo não foi feito por eles e é como se voltassem para nos lembrar disso.”

O impacto do desaparecimento sobre os familiares próximos – isolamento, empobrecimento, desespero – pode extrapolar as famílias e afetar comunidades inteiras. Se não for abordado e resolvido, ameaçará a reconciliação e a estabilidade social mesmo após o fim do conflito.

“A definição de um familiar de uma pessoa desaparecida será, em princípio, encontrada na legislação nacional, mas deve incluir pelo menos parentes próximos como:

- filhos nascidos dentro ou fora do matrimônio, filhos adotivos ou enteados;
- o/a companheiro/a de vida, casados ou não;
- pais (incluindo sogro, sogra ou pais adotivos)
- irmãos e irmãs nascidos dos mesmos pais, de pais diferentes ou adotados.

[Trecho de *Missing Persons: A Handbook for Parliamentarians* (disponível em inglês), CICV, 2009]

A NECESSIDADE DE SABER

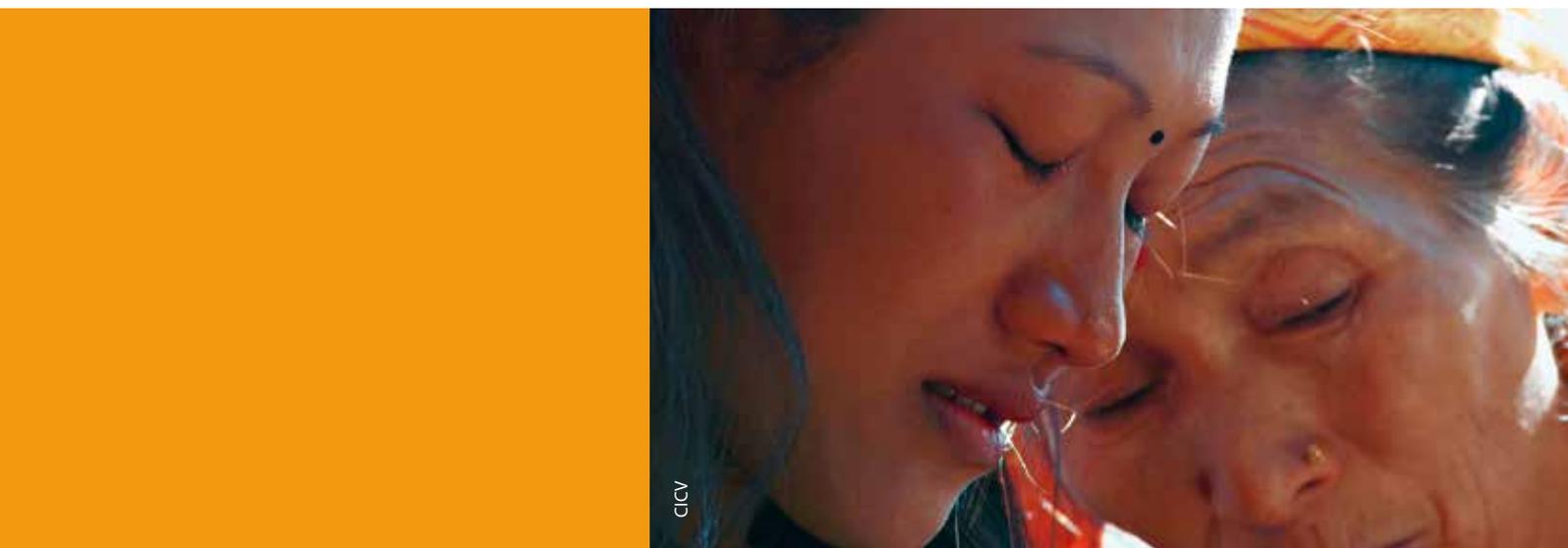
As famílias começam a buscar o seu familiar assim que ele desaparece. Podem visitar agências do governo, instituições e organizações. Muitas percorrem prisões, campos de batalha, hospitais e necrotérios. Examinam os corpos dos mortos, tentando encontrar traços familiares ou se dirigem aos locais que exibem pertences pessoais, roupas e joias encontrados com os restos mortais recuperados. Muitas continuam procurando até encontrar respostas, mesmo que isto leve anos. Para elas, interromper a busca antes disto seria como abandonar a pessoa desaparecida para sempre.

ESPERANÇA E DESESPERO

A ambiguidade perpétua de não saber se um ente querido está vivo ou morto significa que os familiares não podem realizar um luto adequado. Esse dilema é evidente na Geórgia, por exemplo, onde o conflito com a Abecásia terminou há mais de duas décadas e, no entanto, cerca de duas mil pessoas continuam

desaparecidas. Em igrejas ortodoxas da Geórgia, há dois lugares para acender velas: um para os que ainda estão vivos e outro para os mortos. As famílias dos desaparecidos muitas vezes acendem velas nos dois lugares, evitando a escolha agonizante entre a esperança e o desespero.

Uma mulher que vive nos arredores de Tbilisi viu o filho pela última vez em 1993, quando ele saiu de casa para combater na guerra. Onze dias depois, chegou a notícia de que a maioria dos homens do batalhão dele havia sido morta. A mulher vendeu as suas obturações de ouro para conseguir dinheiro, de modo que ela e o marido pudessem buscar o filho. Andaram de povoado em povoado, mas não chegaram até Tsugurovka onde circulavam rumores de que alguns homens o haviam jogado de um penhasco. "O meu maior objetivo na vida é chegar até Tsugurovka, na base do penhasco", disse ela ao CICV. "Mesmo se encontrar um esqueleto não me importo, só quero o meu filho de volta."



NECESSIDADES PSICOLÓGICAS E PSICOSSOCIAIS

A incerteza sobre o paradeiro do ente querido provoca um tipo particular de sofrimento e uma variedade de efeitos psicológicos e psicossociais. Os familiares podem ficar pensando na pessoa o tempo todo, alternando entre a esperança e o desespero, nervosos, irritáveis ou com pouca energia emocional para qualquer outra coisa.

Essa falta de um desfecho significa que a família não pode estar de luto adequadamente e muitas vezes não pode seguir adiante. Ao falar do seu pai desaparecido, uma jovem de Uspantán, na Guatemala, disse: "Conversamos sobre ele como se estivesse vivo, pois não sabemos o que aconteceu com ele – se está vivo ou morto."

AFASTAMENTO E NEGLIGÊNCIA

Deixadas no limbo, as pessoas reagem de várias maneiras. Algumas têm dificuldades para lidar com o trabalho, o cuidado das crianças e as atividades diárias. Outras podem se culpar pelo desaparecimento ou se sentir culpadas quando os seus esforços de busca não levam a lugar algum. Muitas limitam os seus contatos sociais, evitando atividades prazerosas ou novos relacionamentos para não trair a memória da pessoa desaparecida. Ao fazerem isto, negligenciam as suas próprias necessidades emocionais.



A vida da família fica sobrecarregada quando os seus membros são obrigados a assumir novas responsabilidades ou tarefas e funções adicionais. A comunicação entre as pessoas pode ser cortada, em especial quando discordam a respeito da provável sorte da pessoa desaparecida. Esposas sem o marido podem sentir-se pressionadas a seguir o que pensam os sogros e a não manifestar os seus verdadeiros sentimentos. Pais, irmãos e filhos podem evitar expressar tristeza, medo ou ansiedade para poupar os demais da dor.

Algumas vezes, as comunidades estigmatizam ou até mesmo excluem as famílias das pessoas desaparecidas. A possível filiação de uma pessoa desaparecida a certo grupo pode atrair suspeita sobre a sua família, deixando os seus membros com medo de falar abertamente sobre a situação. Esposas de homens desaparecidos podem sentir que perderam o respeito por viver sem a proteção do marido ou envergonhadas por terem de assumir papéis masculinos na ausência do arrimo da família.

INCERTEZA E ISOLAMENTO SOCIAL

Além disso, o fato de uma pessoa desaparecida não ter um status social definido torna difícil para a sua família sentir-se parte de um grupo reconhecido. Enquanto os familiares de mortos confirmados têm um status específico – estão de luto –, os das pessoas desaparecidas não se beneficiam de uma identidade social reconhecida ou de um lugar na comunidade. A sua terrível incerteza significa que não podem participar em rituais codificados, como ritos funerários, que ajudariam a dar significado à sua experiência e diminuir a sua dor. A falta de um status social estabelecido e de rituais para os desaparecidos e as suas famílias é especialmente difícil em lugares onde a religião e a tradição estão no centro da vida comunitária. Os desaparecidos também enfrentam o esquecimento: sem enterros ou locais de recordação, as famílias podem ter de enfrentar dificuldades para manter viva a memória da pessoa desaparecida.

Centenas de maridos, pais e filhos desapareceram durante o conflito do Nepal, entre 1996 e 2006, e centenas ainda têm paradeiro desconhecido. Sita (nome fictício) não vê o marido desde que ele saiu de casa para prosseguir com o seu trabalho político, numa manhã de 2002, e nunca mais voltou. De repente, ela se tornou o arrimo da família, com dois filhos pequenos para criar. A sua própria comunidade fez dela objeto de desonra. “Fui desprezada, discriminada e afastada”, diz ela. “Fui obrigada a me tornar uma reclusa.”

Mulheres de pessoas desaparecidas, vistas simplesmente como mais bocas para alimentar, muitas vezes perdem a sua posição na família. Outras mulheres podem considerá-las rivais sexuais. Alguns homens podem vê-las como sexualmente disponíveis. Atormentadas pela incerteza, as esposas dos desaparecidos podem se recusar a assumir o papel de viúvas, não cumprindo assim com as expectativas dos vizinhos de que se vistam de forma apropriada e realizem os ritos esperados. Incompreendidas, elas podem ser isoladas pelas suas comunidades, sem ninguém a quem recorrer para obter apoio.



NECESSIDADES ECONÔMICAS, JURÍDICAS E ADMINISTRATIVAS

Quando uma pessoa desaparece, a família normalmente enfrenta dificuldades financeiras, em especial quando a pessoa ausente era o arrimo da família. No distrito extremamente pobre de Bardiya, no Nepal, durante os dez anos de conflito no país, os homens eram com frequência arrastados das suas casas no meio da noite. Em muitos casos, as suas esposas imploravam para serem levadas no lugar deles, a fim de garantir que alguém sustentasse as crianças.

Os familiares normalmente gastam muito dinheiro tentando encontrar a pessoa desaparecida. Podem vender terra, gado ou outros bens para custear a busca, tomar dinheiro emprestado ou pedir demissão para poder viajar a lugares distantes a fim de procurar o seu parente.

Como disse a mãe de um trabalhador migrante desaparecido no Senegal, “paguei muito dinheiro aos *marabutos* (homens santos), mas até agora não consegui nada. Disseram-me que sacrificasse carneiros, cabras e galinhas. Sempre fiz o que disseram e essas oferendas também eram caras. Às vezes me sinto ingênua fazendo isto, mas não posso evitar.”

As autoridades raramente consideram a condição de “desaparecido” um status jurídico. Essa falta de reconhecimento afeta os direitos das famílias a propriedade, herança, guarda das crianças e até mesmo a um novo casamento. Os familiares dos desaparecidos quase nunca têm direito aos mesmos benefícios sociais

que aqueles cujo parente teve a morte confirmada. Podem não ter acesso a contas bancárias e poupanças. Além disso, se a pessoa desaparecida tinha dívidas pendentes, normalmente são herdadas pela família.

Se não têm consciência dos seus direitos legais, as famílias são menos propensas a exercê-los. As autoridades geralmente não fazem ideia das dificuldades que as famílias enfrentam. Em outros casos, as autoridades podem estar cientes da lei, mas não familiarizadas com a sua aplicação. E mesmo quando as autoridades têm a iniciativa de adaptar a legislação para atender às necessidades das pessoas, o processo pode ser longo e as perdas financeiras para as famílias continuam crescendo. Além disso, os obstáculos burocráticos ou a corrupção podem agregar cargas jurídicas e administrativas.

Declarar morto um familiar desaparecido pode ajudar as famílias a obter um claro status jurídico para a vítima e, portanto, reivindicar benefícios ou ajuda social que ajudem a superar suas dificuldades financeiras. Mas muitas recusam essa opção quando não há provas contundentes da morte, sentindo que isto seria como abandonar os seus entes queridos. Como explicou uma mulher no Líbano: “Eu não podia ter acesso à conta bancária do meu marido porque precisava de uma certidão de óbito. Como não tinha certeza de que ele estava morto, não tentei conseguir o documento. Não o tornaria morto apenas para acessar a sua conta bancária.”

JUSTIÇA E RECONHECIMENTO PÚBLICO

As famílias podem necessitar que aqueles que provocaram o desaparecimento do seu ente querido sejam responsabilizados.

“Deve-se fazer justiça. Se não houver justiça, significa que os nossos corações continuarão sangrando”, disse um homem cujo pai desapareceu durante o conflito no Timor Leste. Em Katmandu, no Nepal, um homem cuja esposa desapareceu sentiu-se da mesma maneira. “Os que levaram a minha mulher continuam vivos. Se você quiser, posso lhe dizer os nomes deles”, afirmou. “Esses criminosos levaram embora a minha mulher às 21h, garantindo-me que a trariam de volta na manhã seguinte. Seis anos se passaram e eles não a trouxeram. Esses criminosos estão andando livremente por aí. Exigimos que sejam punidos.”

MEMÓRIA E RITUAL

Processos judiciais ou mecanismos da justiça de transição podem ajudar as famílias a virar a página. Juntamente com a Justiça, as autoridades e a comunidade devem conceder às famílias a dignidade de honrar adequadamente a memória da pessoa desaparecida. As famílias devem poder realizar rituais simbólicos ou de recordação, como ritos funerários, e devem contar com uma maneira formal de receber as condolências. Em uma cerimônia de recordação realizada no vilarejo de Kamama, em Uganda, mais de 500 pessoas da comunidade compareceram à leitura dos nomes dos moradores locais que desapareceram. Cecília, cujos três filhos foram sequestrados em 1996 pelo Exército de Resistência do Senhor, explicou que o ato foi não apenas para recordar “aqueles que estão perdidos, mas para rezar pelo seu retorno. Espero que pelo menos um deles volte. Esperamos encontrar algum consolo após as preces.”



Várias culturas têm diferentes práticas ou convicções religiosas que devem ser levadas em consideração. Algumas culturas rejeitam a exumação e o reenterro por sentir que essas ações perturbam os que partiram na vida após a morte. No Quirguistão, o filho de uma pessoa desaparecida de origem uzbeque disse: “Não é importante para nós ter o corpo de volta, já que não queremos incomodar a sua alma. De acordo com a nossa crença, não é correto exumar um corpo.” Outros preferem o reenterro, acreditando que os mortos devem ser acomodados em um local específico para que possam ter paz.

दहवा चौक प्रतिशाल्य

- प्रतिशाल्य विमोचन समर्थन -

- श्री जगत गाम्भिर - रु. १०००० - श्री जगत गाम्भिर - रु. १००००
- श्री जगत गाम्भिर - रु. १०००० - श्री जगत गाम्भिर - रु. १०००० - श्री जगत गाम्भिर - रु. १०००० - श्री जगत गाम्भिर - रु. १०००० - श्री जगत गाम्भिर - रु. १००००
- श्री जगत गाम्भिर - रु. १०००० - श्री जगत गाम्भिर - रु. १०००० - श्री जगत गाम्भिर - रु. १०००० - श्री जगत गाम्भिर - रु. १०००० - श्री जगत गाम्भिर - रु. १००००



No distrito de Banke, no sudoeste do Nepal, os grupos de apoio para as famílias de pessoas desaparecidas construíram uma *praticchhalaya*, uma área de descanso para viajantes, em homenagem aos desaparecidos. Esses memoriais servem como um registro público dos nomes dos desaparecidos, além de oferecer à vizinhança um local fresco e protegido da chuva e do sol. “Isto é para toda a comunidade”, disse um familiar. “Quando as pessoas sentem sede, podem beber água e talvez se lembrem do nome de uma pessoa desaparecida.” A *praticchhalaya* celebra a memória dos desaparecidos e reconhece a perda da sua família.



A AÇÃO DO CICV

As autoridades estatais têm a responsabilidade primordial de prevenir desaparecimentos e responder às necessidades das famílias dos desaparecidos. Mas o CICV também exerce um papel importante, que inclui chamar a atenção para as questões relacionadas com as pessoas desaparecidas, a comunicação com as autoridades, o oferecimento de recomendações e o fortalecimento das capacidades através de educação e treinamento. A organização pode prestar assistência direta às famílias ou facilitar o diálogo entre as autoridades e as associações de familiares. Quando as autoridades são incapazes de agir, o CICV pode mobilizar outros prestadores de serviço e atores fundamentais ou agir como um substituto temporário na sua ausência.

O CICV responde à situação dos desaparecidos e as suas famílias de cinco maneiras diferentes:

1. Iniciativas para evitar que as pessoas desapareçam; preparando, por exemplo, os governos a tomar medidas em desastres para reduzir os desaparecimentos.
2. Proteção das pessoas afetadas por conflitos e em risco de desaparecer.
3. Ajuda aos governos no estabelecimento de estruturas e processos para esclarecer a sorte e o paradeiro das pessoas desaparecidas.
4. Gestão dos restos mortais e prestação de apoio forense.
5. Atendimento às diferentes e inúmeras necessidades das famílias.

Nesse trabalho, o CICV baseia-se na sua experiência de proteção, ciência forense, atendimento em saúde mental, apoio psicossocial, seguridade econômica e direito. Adapta a sua resposta a fatores como as circunstâncias em que as pessoas desapareceram, a escala do problema, o período de tempo desde o desaparecimento e os diferentes tipos de necessidades expressados por aqueles que sofrem a perda.

Pode ser difícil decidir qual resposta é a melhor em uma etapa específica do conflito ou em uma dada situação. O CICV mantém uma abordagem flexível e, às vezes, segue várias frentes ao mesmo tempo. Quanto maior o envolvimento da organização em questões de pessoas desaparecidas durante o conflito, maior será a sua credibilidade após o conflito, quando as condições normalmente são favoráveis para buscar os que desapareceram e apoiar as suas famílias.

OS DESAPARECIDOS E AS SUAS FAMÍLIAS: A EXPERIÊNCIA DO CICV

PREVENÇÃO

- Recomendar o uso de placas de identidade para os combatentes
- Instar a formulação de uma legislação nacional
- Desenvolver padrões profissionais
- Promover a lei modelo do CICV sobre os desaparecidos
- Executar a estratégia de “restabelecimento de laços familiares” do Movimento da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho
- Trabalhar pela preparação em caso de desastres

PROTEÇÃO

- Oferecer atividades de “restabelecimento de laços familiares” (Mensagens Cruz Vermelha, telefonemas, pedidos de busca)
- Visitar e registrar os detidos
- Documentar as violações ao Direito Internacional Humanitário
- Lembrar as autoridades quanto às suas obrigações

MECANISMOS

- Conscientizar o Estado quanto à necessidade de mecanismos para esclarecer a sorte e o paradeiro dos desaparecidos
- Promover a criação desses mecanismos
- Prestar assessoria técnica
- Assumir um papel ativo

RESTOS MORTAIS

- Avaliar as capacidades forenses locais e assessorar na sua gestão
- Prestar apoio operacional aos serviços locais
- Formar e fortalecer as capacidades dos serviços locais
- Substituir os serviços locais quando for necessário
- Apoiar a gestão de coleta de dados
- Desenvolver ferramentas e diretrizes

APOIO ÀS FAMÍLIAS

- Avaliar as necessidades das famílias de maneira integral
- Conscientizar quanto à sua situação
- Identificar e apoiar redes de encaminhamento para as famílias
- Organizar programas de respostas multidisciplinares
- Apoiar atividades de recordação

PEDIDOS DE BUSCA

A pedido dos familiares, o CICV coleta informação sobre as pessoas que desapareceram em decorrência de um conflito, desastre natural, migração ou qualquer outra crise humanitária. O objetivo é restabelecer o contato e reunir as famílias, onde e sempre que for possível.

A busca pode envolver visitas a campos de refugiados, centros de detenção, hospitais, necrotérios e cemitérios. Muitas vezes, significa pedir às autoridades que investiguem a sorte e o paradeiro de uma pessoa. O CICV também elabora e mantém registros de pessoas particularmente vulneráveis, como crianças separadas das suas famílias. Às vezes, fornece documentos oficiais de identidade a pessoas que não os possuem, como refugiados ou requerentes de asilo, para que possam ser evacuadas, retornar às suas casas ou juntar-se aos seus familiares em um terceiro país.

É importante que o CICV faça uma coleta inicial de informações sobre as pessoas desaparecidas junto às famílias, mesmo se não puder agir imediatamente com relação a isso. Anos mais tarde, quando a situação for mais estável, essa informação pode ser usada para oferecer respostas às famílias. Mesmo décadas após o fim do conflito, a organização ainda pode responder a pedidos de busca individuais usando dados armazenados em arquivos da sede em Genebra, por exemplo, para buscar prisioneiros e desaparecidos da Segunda Guerra Mundial.





SOZINHO AOS 14

A fome obrigou um casal a deixar o filho Pedro com os avós enquanto procurava algo para comer. Mas o casal foi capturado e o pai de Pedro foi morto em um tiroteio. Sua mãe, Cristina, fugiu para o México e somente voltou para a Guatemala 11 anos depois, para ser reassentada em outra região. Quanto ao garoto Pedro, o seu avô morreu no confronto e a avó sucumbiu à desnutrição, deixando-o sozinho aos 14 anos.

Em 2010, Cristina entrou em contato com a associação Dónde Están las Niñas y los Niños (ADEN), pedindo ajuda para encontrar o filho. O CICV auxiliou a ADEN na busca e Pedro foi encontrado em janeiro de 2013. Ao ver de novo a mãe, ele disse: “É como morrer e renascer”. O CICV ajudou a ADEN e outras organizações a localizar mais de 600 das 45 mil pessoas que, segundo as estimativas, desapareceram durante as décadas de violência na Guatemala.



RESTABELECIMENTO DE LAÇOS FAMILIARES

Em 2007, o Conselho de Delegados do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho adotou uma estratégia de 10 anos para o restabelecimento de laços familiares. A estratégia, apresentada na 30ª Conferência Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, busca assegurar que o Movimento atue de maneira eficiente e efetiva toda vez que pessoas desaparecerem em virtude de um conflito armado, desastre natural ou outra crise humanitária.

A Rede de Restabelecimento de Laços Familiares – gerenciada pelo CICV em cooperação com as Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho no mundo todo – age para prevenir desaparecimentos, manter as pessoas em contato e prestar assistência àquelas que perderam o rastro dos seus entes queridos. Ao cooperar para além das fronteiras e das linhas de frente dos conflitos, essa rede global aplica os mesmos princípios e métodos em todos os países.

MANUTENÇÃO DE REGISTROS

Para evitar os desaparecimentos, a Rede de Restabelecimento de Laços Familiares trabalha com profissionais de assistência à saúde durante emergências de modo a garantir que mantenham um registro de todas as pessoas que dão entrada nos hospitais, assim como registros de transferências, altas e mortes. Desse modo, uma família pode estar ciente e manter-se informada da condição e do paradeiro de um familiar, reduzindo a probabilidade de desaparecimento.

Em 2012, o CICV lançou o website Restabelecimento de Laços Familiares (familylinks.icrc.org) que explica como o Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho reúne as famílias, como realizar um pedido de busca e onde entrar em contato com

a delegação do CICV ou com a Sociedade Nacional pertinente.

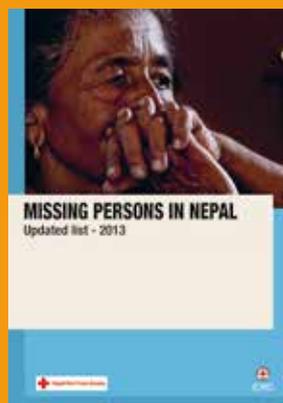
A organização utiliza uma série de ferramentas para restabelecer a comunicação ou manter os membros de uma família em contato. Chamadas telefônicas ou de vídeo gratuitas são a solução mais rápida e direta. As Mensagens Cruz Vermelha são cartas abertas que permitem que as famílias troquem notícias quando as ligações telefônicas não são possíveis, podendo conter fotos e documentos oficiais anexados. Salamats são mensagens curtas que podem ser transmitidas oralmente ou por telefone. Durante situações de emergência ou com restrições de segurança, as famílias podem usar as mensagens previamente impressas "Ansioso por notícias", "São e salvo/estou vivo". São curtas e fáceis de enviar, além de poderem ser postadas no website Restabelecimento de Laços Familiares e divulgadas na mídia local ou nacional.

PUBLICAÇÃO DE NOMES E FOTOS

Quando os métodos acima não dão resultados ou quando a pessoa não sabe os detalhes de contato do parente, outras opções incluem a publicação de listas de nomes das pessoas desaparecidas ou de fotos dos familiares que as procuram. O CICV publicará muitas vezes esses nomes e fotos no website Restabelecimento de Laços Familiares e tentará que sejam divulgados em outros meios e transmitidos nas rádios. O objetivo é não apenas ampliar a busca, mas também recordar as autoridades e grupos armados quanto à sua obrigação, conforme o Direito Internacional Humanitário, de esclarecer a sorte e o paradeiro daqueles que são buscados. Com o tempo, as listas podem também servir como um memorial, um sinal do reconhecimento público pela perda e o sofrimento das famílias.

RÁDIO DA SOMÁLIA

Na Somália, duas décadas de conflito separaram dezenas de milhares de famílias e pelo menos 12 mil pessoas continuam desaparecidas. O CICV trabalha em parceria com a BBC para ajudar a buscá-las através de transmissões de rádio. Juntos, o CICV e o Crescente Vermelho da Somália reúnem os nomes das pessoas desaparecidas. O CICV atualiza as listas todo mês no website Restabelecimento de Laços Familiares, enquanto a BBC coloca-os no ar no seu serviço somali cinco vezes por semana. Em Mogadíscio, Hashi sintoniza o programa regularmente para saber notícias dos seus irmãos, que não vê desde que os enfrentamentos começaram. "Fico com esse rádio no ouvido todos os dias", diz ele. "Comprei-o apenas para essa finalidade."



NEPAL

O conflito de uma década no Nepal terminou em 2006, mas cerca de 1,4 mil famílias continuam sem informação sobre a sorte e o paradeiro dos seus entes queridos. Desde 2007, o CICV e a Cruz Vermelha do Nepal publicam uma lista das pessoas desaparecidas no país. O CICV atualiza frequentemente a lista em inglês e nepalês em seu website. O objetivo é obter reconhecimento público para as famílias das pessoas desaparecidas devido ao conflito no Nepal e destacar o seu sofrimento e as suas necessidades. A lista também serve como um apelo ao governo nepalês e a todas as ex-partes envolvidas no conflito, para que esclareçam a sorte (e, quando possível, o paradeiro) daqueles que desapareceram e assegurem que todas as famílias sejam incluídas nos programas governamentais de apoio às vítimas do conflito.

COMPREENSÃO E SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES DAS FAMÍLIAS

A perda ou o desaparecimento de um ente querido é sempre algo devastador, mas a maneira em que as pessoas reagem pode variar. Muitas vezes, o contexto sociocultural determina como a família lida com a situação. Antes de tomar uma medida, o CICV avalia as necessidades específicas das famílias, a fim de compreender as suas dificuldades, expectativas, recursos e mecanismos de superação. As avaliações também indicam a capacidade de resposta das instituições governamentais e não governamentais.

Uma vez feita a avaliação, o primeiro passo do CICV é normalmente comunicar os resultados diretamente às autoridades. Em seguida, conforme as circunstâncias, a organização mobiliza outros prestadores de serviço e divulga relatórios públicos para promover a conscientização. Segundo um relatório recente do Líbano acerca das necessidades das famílias de milhares de pessoas que desapareceram nos conflitos do país desde 1975, “uma resposta coordenada e coerente é essencial para a obtenção de resultados.”

Nas etapas de elaboração, planejamento e aplicação, o CICV envolve associações de familiares, a Sociedade Nacional da Cruz Vermelha ou do Crescente Vermelho e outros atores pertinentes, levando em conta o contexto sociocultural e deixando que as vítimas expressem as suas próprias necessidades.

APOIO DE LONGO PRAZO

Os muitos aspectos do desaparecimento requerem uma resposta ampla e integral. Uma iniciativa recente desenvolvida pelo CICV, denominada

“acompanhamento”, promove mecanismos de apoio de longo prazo para as famílias dos desaparecidos mediante a criação de redes entre elas e as pessoas ou organizações da comunidade. Os que prestam assistência não precisam de nenhuma qualificação especial, mas recebem capacitação do CICV; podem ser voluntários da Sociedade Nacional da Cruz Vermelha ou do Crescente Vermelho ou mesmo os próprios familiares e das pessoas desaparecidas.

O “acompanhamento” cobre uma gama de atividades, desde a discussão e o compartilhamento de experiências até o fornecimento de informações concretas sobre questões jurídicas, administrativas e outras. Profissionais podem comparecer às sessões de grupo com as vítimas para falar sobre a sua experiência, seja em medicina legal, direito, economia ou psicologia. O CICV também pode oferecer apoio direto às famílias através da prestação de ajuda socioeconômica, assessorando-as sobre como receber benefícios ou providenciando para que as organizações locais incluam as famílias dos desaparecidos entre os seus beneficiários. Essas iniciativas muitas vezes abordam necessidades de saúde – no Azerbaijão, por exemplo, o CICV providenciou assistência à saúde gratuita para as famílias dos desaparecidos em um hospital administrado pelo Crescente Vermelho da República Islâmica do Irã.

A meta principal é ajudar as pessoas a reconstruir as suas vidas em sociedade e a encontrar bem-estar emocional. Quando as famílias participam, elas desenvolvem novas forças.



Phil Moore/CICV

Entre 1986 e 2006, cerca de 75 mil pessoas foram sequestradas no norte de Uganda. O CICV estima que mais de 10 mil possam ainda estar desaparecidas. Em 2012, o CICV realizou uma avaliação das necessidades das famílias e verificou que ainda enfrentam problemas emocionais, perda de produtividade (por causa do alto número de crianças sequestradas) e estigmatização por parte dos membros da comunidade, que suspeitam que elas tenham conexão com os rebeldes. Em parceria com uma ONG local, o CICV liderou um projeto multifacetado de quatro meses nos subcondados de Palabek Gem e Padibe West em Uganda, ajudando mais de 200 famílias a identificar o seu sofrimento e as suas dificuldades, a lidar com a perda ambígua e a obter aceitação na comunidade. Voluntários localmente treinados orientaram grupos de apoio nos quais as famílias podiam dividir a sua dor e desenvolver mecanismos de superação em conjunto.



SATISFAÇÃO DA NECESSIDADE DE SABER

O CICV apoia uma gama de atividades para ajudar as famílias a saber o máximo possível sobre a sorte e o paradeiro de um familiar desaparecido, incluindo:

- a coleta de informações pertinentes através de um intercâmbio entre as partes, em que estas devem concordar sobre qual informação vão trocar e como – e, se for necessário, nomear um facilitador neutro;
- a criação de mecanismos, órgãos e processos nacionais para abordar a questão dentro de cada país, tais como a Comisión de Búsqueda de Personas Desaparecidas na Colômbia;
- a recomendação de que mecanismos da justiça de transição, como as comissões da verdade e de reconciliação, incluam disposições para esclarecer a sorte e o paradeiro das pessoas desaparecidas;
- a realização de apresentações orais e escritas, diretas e bilaterais sobre casos específicos de pessoas desaparecidas às autoridades ou às partes de um conflito;
- o pedido a tribunais internacionais ou arquivos nacionais que garantam acesso a dados que possam ajudar a resolver casos de pessoas desaparecidas.

Os princípios básicos do CICV estipulam que, sem o consentimento informado da pessoa envolvida, os dados pessoais não devem ser usados, divulgados

ou transferidos para fins diferentes daqueles para os quais foram coletados. Isto possibilita um enfoque estritamente humanitário: ajudar as famílias a esclarecer a sorte e o paradeiro dos seus entes queridos desaparecidos. É importante notar que isto é diferente dos processos judiciais que investigam a responsabilidade criminal assim que as pessoas desaparecidas são localizadas.

É essencial que as famílias recebam informação sobre os processos que as afetam. O CICV pode se comunicar com as autoridades, enfatizar a importância de manter as famílias informadas e até mesmo servir como um canal de informação entre as várias partes, desde que essa comunicação respeite a abordagem confidencial da organização.

Os peritos forenses podem exercer um papel crucial ao ajudar as famílias a encontrar respostas após um desastre ou conflito. Eles contam com as ferramentas e o conhecimento necessários para assessorar as autoridades responsáveis pela busca, recuperação, gestão apropriada e identificação dos restos mortais. No entanto, as investigações forenses exigem recursos humanos e materiais que nem sempre estão prontamente disponíveis. O próprio CICV pode prestar serviços forenses durante emergências e, mediante capacitação direta, ajudar a fortalecer as capacidades locais no longo prazo. Quando as Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho recebem esse treinamento, podem ajudar as autoridades a levar respostas às famílias dos desaparecidos.

SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES JURÍDICAS E ADMINISTRATIVAS

LEI MODELO

O CICV propôs uma lei modelo para ajudar os Estados a adotar políticas nacionais coerentes no enfrentamento do problema dos desaparecidos durante conflito armado, violência interna ou outras circunstâncias, além de evitar desaparecimentos e prestar assistência às famílias das vítimas.

Por exemplo, a lei modelo recomenda que as famílias possam informar às autoridades a ausência de pessoas desaparecidas sem ter que declará-las mortas, obtendo assim o acesso a benefícios sociais e financeiros. Também concede às próprias pessoas desaparecidas um status jurídico distinto que reflete a sua sorte desconhecida, o qual será mantido até que esta seja conhecida ou que retornem à casa. A lei permitiria que um representante designado defenda os interesses da pessoa desaparecida e averigue as necessidades imediatas dos seus dependentes, além de obrigar as autoridades a conduzir uma busca adequada pelos mortos e, quando o corpo for encontrado, a devolvê-lo à família junto com os objetos pessoais. Se não for possível devolver os restos mortais, as autoridades devem garantir um sepultamento apropriado, em respeito à dignidade da vítima e da família.

Com o Direito Internacional Humanitário e os Direitos Humanos agora amplamente ratificados pelos países, o CICV trabalha com os especialistas locais para realizar estudos de compatibilidade jurídica. Esse trabalho pode resultar em mudanças recomendadas na legislação nacional em vigor, nomeadamente sobre os direitos das pessoas desaparecidas e das suas famílias, para que seja adaptada em conformidade com o direito internacional vinculante.

“LACUNAS” NA LEGISLAÇÃO

Quando chamado, o CICV conduzirá uma “análise das lacunas jurídicas”, observando as leis e disposições nacionais e comparando-as com a experiência nacional relatada. Por exemplo, em 2010-2011 no Quirguistão, a organização examinou as disposições jurídicas existentes para a proteção das famílias dos desaparecidos. Depois perguntou às famílias se estavam cientes dos seus direitos e se eram beneficiadas por eles. Após compilar e comparar as respostas, o CICV pôde discutir as inconsistências – ou as “lacunas” aparentes – na legislação nacional com as autoridades.

O CICV também incentiva os fóruns regionais e internacionais a adotar disposições jurídicas que beneficiem as pessoas desaparecidas e as suas famílias. Um sucesso notável foi a adoção da lei modelo sobre os desaparecidos pela Assembleia Interdisciplinar dos Países Membros da Comunidade de Estados Independentes em 2008.

Finalmente, como parte dos seus esforços em ajudar as famílias dos desaparecidos, o CICV organiza sessões informativas jurídicas e administrativas onde os familiares se encontram com advogados para discutir as suas dificuldades. Quando necessário, as equipes da organização podem auxiliar as famílias a lidar com procedimentos administrativos complexos.

ESTUDO DE COMPATIBILIDADE JURÍDICA

Com base em sua prática e pesquisa na Sérvia e Montenegro em 2003, o CICV realizou um estudo das famílias dos desaparecidos em Cote d'Ivoire e no Tadjiquistão. Comparou o marco jurídico e as práticas vigentes com as normas jurídicas internacionais, além de avaliar as necessidades dos familiares de obter assessoramento em direitos de propriedade e direito de família, por exemplo. Concluído em 2013, o estudo fez recomendações às autoridades para a adaptação da legislação de Cote d'Ivoire e do Tadjiquistão aos padrões internacionais.



Michael Greub/CICV

SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES ECONÔMICAS

O CICV oferece às famílias dos desaparecidos uma série de medidas para melhorar a sua segurança econômica. Fatores como a composição familiar, a sua condição econômica, o período de tempo transcorrido desde que o familiar desapareceu – todos exercem um papel, exigindo uma resposta única em cada caso. Nem todas as famílias possuem a mesma capacidade de ganhar um salário digno. Às vezes, são os pais idosos que precisam urgentemente do filho que cuidava deles. Em outras, é a jovem esposa desesperada para que o marido desaparecido a ajude a cuidar dos filhos.

As iniciativas de assistência econômica do CICV incluem uma ajuda única em dinheiro ou espécie, assistência específica (por exemplo, consertos na casa) e programas de subvenção em que o dinheiro é dado para projetos específicos. Iniciativas microeconômicas são outra solução, com o benefício extra de permitir que os beneficiários escolham seu próprio projeto de negócio, se apropriem desse empenho e ajudem a garantir a sua sustentabilidade. O CICV também incentiva as agências governamentais e não governamentais a promover a autossuficiência por meio de atividades de geração de renda como comércio, artesanato, agricultura e pecuária.

Se as famílias são incapazes de levar adiante as suas próprias atividades assalariadas ou empresariais, o CICV pode lhes fornecer dinheiro para artigos de primeira necessidade, como roupas de inverno e medicamentos. Embora essa não seja uma solução sustentável de geração de renda, é essencial como

uma ajuda temporária para as famílias que enfrentam estresse emocional grave ou formadas por pessoas mais velhas ou com deficiência. Nos casos que requerem essas formas não sustentáveis de assistência, a organização mobiliza as autoridades para incluir as famílias em programas de redes de proteção ou pede que as instituições financeiras forneçam empréstimos em condições favoráveis. Quando as famílias não têm condições médicas ou psicológicas de participar em atividades econômicas, os serviços de assistência à saúde devem satisfazer essas necessidades. No entanto, a experiência do CICV também mostra que o trabalho ativo pode trazer benefícios psicológicos e sociais para as famílias dos desaparecidos.

PROGRAMA DE APOIO SOCIOECONÔMICO NO SUL DO QUIRGUISTÃO

A violência que eclodiu no sul do Quirguistão, em junho de 2010, privou muitas famílias de renda, algumas vezes através da perda do principal assalariado. Além da assistência direta – distribuição de lenha, sapatos e roupas de inverno –, o CICV promoveu iniciativas microeconômicas para ajudar os civis e as famílias das pessoas desaparecidas a recuperar os meios de subsistência. A ajuda financeira permitiu que as pessoas escolhessem e comprassem os seus produtos em pontos de venda das famílias em mercados locais. Os beneficiários também receberam uma capacitação de dois dias sobre habilidades comerciais básicas.

RECONHECIMENTO, CONSCIÊNCIA E ASSOCIAÇÕES

O CICV incentiva ativamente a consciência pública. Em Uganda, por exemplo, tem trabalhado com comunidades para ajudar as famílias a organizar eventos em recordação aos desaparecidos. Na Guatemala, o CICV organizou em 2013 uma exposição de fotos voltadas a um público amplo. Para dignificar a memória dos desaparecidos e chamar a atenção à situação das famílias, a cada 30 de agosto, o Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho se une a associações de familiares

e organizações locais para celebrar o Dia Internacional dos Desaparecidos. No mundo todo, delegações do CICV marcam essa data com palestras, exposições de fotos, publicações, vídeos e eventos transmitidos em noticiários da TV.

Apesar de manter a sua neutralidade, o CICV às vezes firma parcerias com as redes de apoio às famílias e associações de maior porte que ajudam os familiares das pessoas desaparecidas. Esses grupos desempenham uma série de funções importantes e gerenciam programas para prestar apoio mútuo e ajudar as pessoas a satisfazer as suas necessidades sociais, econômicas e psicológicas. Promovem a conscientização e destacam o papel das famílias não apenas como vítimas mas também como ativistas. Também se asseguram de que as autoridades não negligenciem os seus deveres legais em relação às pessoas desaparecidas e às suas famílias.

O CICV apoia associações de familiares de pessoas desaparecidas no Peru, onde mais de 15 mil pessoas desapareceram durante a violência que assolou o país entre 1980 e 2000.

Felipe Flores foi um dos que desapareceram. Ele saiu para passear em 1984 e foi pego por uma patrulha. Desde então, a sua esposa Lidia procura por ele. Quando o incidente ocorreu, ela deixou a cidade natal, Ayacucho, e levou os seus cinco filhos pequenos a Lima para percorrer as prisões. Encontrou-se com pessoas na mesma situação e algumas lhe disseram que havia desfiladeiros e outros locais cheios de corpos.

Uma noite, o seu marido apareceu para ela em um sonho e lhe disse onde devia procurar por ele. No dia seguinte, Lidia viajou à periferia da cidade e se deparou com uma visão terrível: cães devorando restos de cadáveres humanos. Reconheceu a calça do marido e tocou em um crânio, julgando ser o dele, embora nunca tenha recebido a confirmação de que realmente era. Lidia Flores então costurou o nome de seu marido na "Manta da Esperança" – um projeto que busca reunir mães, esposas e filhas de pessoas desaparecidas em todo o país. Quando foi finalizada, em 2010, a manta media quase um quilômetro de comprimento.



AJUDAR AS PESSOAS NA SUPERAÇÃO

O CICV responde às necessidades psicológicas e psicossociais das famílias das pessoas desaparecidas de diversas maneiras, ajudando-as a lidar e a aprender a viver com a sua perda. De modo geral, a abordagem do CICV enfatiza a ligação entre as respostas psicológicas (por exemplo, emoções e comportamentos) e a experiência social (relações humanas e integração comunitária).

O TRABALHO DOS VOLUNTÁRIOS

Grupos de apoio ou até mesmo visitas domiciliares sob a orientação de voluntários localmente treinados podem proporcionar um ambiente reconfortante para que as famílias discutam as suas dificuldades. Grupos de apoio e visitas as ajudam a quebrar o isolamento emocional e a se encontrar com outras pessoas com experiências similares. As famílias também podem

compartilhar informações e conselhos práticos, encontrar maneiras de satisfazer as suas necessidades e formular ideias em grupo para celebrações. As comunidades são bem orientadas para fornecer às famílias uma rede de pessoas que escutarão as suas histórias sem curiosidade excessiva nem julgamentos apressados. Atividades de formação, recreativas e artísticas dão às famílias a oportunidade de investir em outras áreas da vida social. Podem formar laços sociais e fortalecer a autoestima, ajudando assim a reduzir

tensões pós-conflito e a recuperar a estabilidade da comunidade em geral.

Embora o apoio psicológico e psicossocial possa ajudar muitas famílias a lidar com a situação, algumas podem precisar da ajuda de especialistas em saúde mental. O CICV capacita voluntários da comunidade para identificar serviços locais, prestar informação sobre esses serviços e garantir que as famílias tenham acesso a eles.

PREVENÇÃO DO DESAPARECIMENTO DE PESSOAS

O CICV está empenhado em evitar que as pessoas desapareçam e para isto desenvolve uma gama de atividades:

- **Legislação:** o CICV lembra as autoridades estatais da obrigação, conforme o direito interno ou internacional, de prevenir os desaparecimentos e proteger as vítimas. Em 2006, a União Interparlamentar incluiu a lei modelo do CICV sobre os desaparecidos em sua publicação *Missing Persons: A Handbook for Parliamentarians* (disponível em inglês). O CICV também promove a assinatura e a ratificação da Convenção Internacional das Nações Unidas para a Proteção de Todas as Pessoas Contra o Desaparecimento Forçado.
- **Escritórios Nacionais de Informação:** em situações de conflito armado, o Direito Internacional Humanitário obriga os Estados a criar Escritórios Nacionais de Informação para os prisioneiros de guerra. Os Estados devem propiciar às famílias informação detalhada sobre os prisioneiros, incluindo nome, data de nascimento e dados de contato. Esses escritórios também devem receber informação sobre transferências, solturas, fugas e internações em hospitais para que os familiares dos prisioneiros sejam informados o mais rápido possível. Com a sua responsabilidade de longa data pela Agência Central de Busca, o CICV atua como um intermediário neutro no fluxo de informações.
- **Placas de Identidade:** deve-se exigir que todos os membros das forças armadas usem placas de identidade para evitar que desapareçam durante um conflito. Elas podem ajudar a esclarecer a sorte das pessoas capturadas, feridas ou mortas em ação. O CICV promove e apoia o uso adequado de identificação pelos membros de forças armadas, grupos armados organizados e tropas mobilizadas pelas operações de manutenção e de imposição da paz das Nações Unidas.

- **Preparação para desastre:** desastres naturais, como terremotos, inundações e secas, e os provocados pelo homem muitas vezes obrigam as pessoas a se dispersarem. A infraestrutura de comunicação pode entrar em colapso, impedindo que as pessoas entrem em contato com os seus familiares. As autoridades locais geralmente ficam sobrecarregadas demais para assegurar a gestão e a identificação adequadas dos restos mortais. O Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho capacitou equipes especialmente para a prestação de apoio e assessoria às autoridades, agências humanitárias e ao público em geral a fim de evitar separações, restabelecer os laços familiares e gerenciar adequadamente os restos mortais, minimizando assim o impacto de uma calamidade.



Wilson's Creek National Battlefield

Esta placa de identidade pertenceu a J. W. Lee, Companhia B, 3ª Infantaria de Louisiana. Feito de uma bala de mosquete de chumbo achatada calibre .69, tem "1861" inscrito no verso. Lee perdeu a sua placa durante a Batalha de Pea Ridge, no Arkansas, onde foi capturado em 1862 (foi morto no ano seguinte). Durante a Guerra Civil dos EUA, nenhum dos lados usou placas de identidade e os soldados muitas vezes faziam as suas próprias usando balas de mosquete ou outros objetos ou as compravam para que pudessem ser identificados se fossem deixados mortos no campo de batalha. Às vezes, os soldados prendiam pedaços de papel com o seu nome e a sua unidade no interior dos seus casacos ou camisas.

PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS EM RISCO DE DESAPARECER

O CICV age para proteger os direitos das pessoas afetadas por conflitos, em especial aqueles em risco de desaparecer, das seguintes maneiras:

- Proteção de populações:

Em conflitos armados ou outras situações de violência, o CICV negocia com todas as partes para garantir o acesso às pessoas afetadas. As equipes do CICV avaliam as suas necessidades e coletam informação acerca de qualquer evento que possa ter levado essas pessoas a desaparecer. Com base nessas informações, o CICV realiza apresentações confidenciais a todas as partes do conflito e discute as medidas apropriadas a serem tomadas pelas autoridades ou por outros atores de modo a resolver a situação e atender às necessidades das vítimas.

- Visita a pessoas privadas de liberdade:

Ao agir como um intermediário neutro e imparcial, com intenções puramente humanitárias, o CICV procura visitar todas as pessoas privadas de liberdade. Os delegados do CICV visitam os centros de detenção e falam em privado com os detentos para saber se a segurança pessoal e integridade física deles estão sendo respeitadas. Ao registrar os nomes e fazer reiteradas visitas, o CICV pode monitorar as pessoas detidas, soltas, transferidas ou transladadas de outro modo, ajudando assim a evitar desaparecimentos. O CICV também pede que as autoridades notifiquem as famílias quando uma pessoa é detida ou transferida, e presta serviços diretamente aos detidos para ajudá-los a restabelecer e manter contato com os familiares. Quando uma pessoa morre sob custódia, as autoridades devem transmitir a notícia da morte e devolver quaisquer objetos pessoais às famílias. Se isto não for possível, o CICV pode assumir a responsabilidade pela tarefa.



Olav Saltbones/Norwegian Red Cross

No mundo todo, seja na Colômbia, na Geórgia ou no Sri Lanka, os familiares das pessoas desaparecidas sentem uma ansiedade semelhante e uma necessidade de encontrar um desfecho para a situação, mesmo que seja apenas um pedaço de terra sobre um túmulo. Para muitos, existem fatores econômicos, administrativos, psicológicos e psicossociais que os impedem de reconstruir as suas vidas.

A resposta adequada a essas necessidades exige um compromisso contínuo e sustentado das comunidades, dos atores locais e das autoridades. As famílias se sentem confortadas quando outros na sua comunidade e na sociedade em geral estão conscientes da sua perda e das suas dificuldades.

CONCLUSÃO

“Tenho inveja do caráter final dos funerais”, afirmou o escritor líbio-americano Hisham Matar, em um artigo de 2013 na revista *The New Yorker*, sobre o pai que foi sequestrado e mandado à prisão no regime de Muammar Gaddafi em 1990, e cuja sorte continua sendo um mistério. “Sempre que vejo falar de alguém, no Iraque, na Argentina ou agora na Líbia, que encontrou os ossos do seu familiar desaparecido enterrados em uma vala comum, desejo essa certeza. Saber como será a sensação de segurar com as próprias mãos os ossos, escolher onde colocá-los, poder tocar o pedaço de terra e rezar”.

O CICV identifica as necessidades dessas famílias e oferece uma resposta integral através de uma gama de atividades, além da mobilização e do apoio a terceiros, principalmente das autoridades estatais, para que ajudem. Assegura a participação direta das associações de familiares, da Sociedade Nacional da Cruz Vermelha ou do Crescente Vermelho e de qualquer outro ator próximo das famílias das pessoas desaparecidas. O CICV também trabalha continuamente para promover a conscientização: quanto maior a consciência sobre o problema, menores serão as listas dos desaparecidos, menor será o número de túmulos sem identificação – e menos famílias serão separadas.

MISSÃO

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) é uma organização imparcial, neutra e independente, cuja missão exclusivamente humanitária é proteger a vida e a dignidade das vítimas dos conflitos armados e outras situações de violência, assim como prestar-lhes assistência. O CICV também se esforça para evitar o sofrimento mediante a promoção e o fortalecimento do direito e dos princípios humanitários universais. Fundado em 1863, o CICV deu origem às Convenções de Genebra e ao Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. Dirige e coordena as atividades internacionais conduzidas pelo movimento nos conflitos armados e em outras situações de violência.



CICV